

A organização dos trabalhadores do sector informal dos mercados de Maputo e sua acção na promoção de melhores condições de vida e de trabalho

O papel da Associação dos Operadores e Trabalhadores do Sector Informal - ASSOTSI



O programa global Estratégias e Técnicas contra a Exclusão Social e a Pobreza (STEP) da Organização Internacional do Trabalho (OIT) intervém em duas áreas temáticas independentes: a extensão da protecção social aos excluídos e os mecanismos integrados de inclusão social.

O STEP apoia a concepção e a difusão de sistemas inovadores destinados a estender a protecção social às populações excluídas, em especial as da economia informal. Ocupa-se, em particular, de sistemas baseados na participação e organização dos excluídos. O programa STEP contribui, igualmente, para o reforço dos laços entre estes sistemas e os demais mecanismos de protecção social. Desta forma, o STEP apoia o estabelecimento de sistemas nacionais de protecção coerentes, fundados nos valores de eficácia, equidade e solidariedade.

O programa STEP situa a sua acção na área da protecção social no mais amplo contexto da luta contra a pobreza e a exclusão social. Coloca especial empenho numa maior compreensão dos fenómenos de exclusão social e no maior reforço, no plano metodológico, dos mecanismos integrados que visam minorar este problema. O STEP outorga especial atenção à articulação entre o nível local e o nível nacional, contribuindo, em simultâneo, para o agendamento internacional destas questões.

O STEP combina diferentes tipos de actividades: realização de estudos e investigações, produção de ferramentas metodológicas e documentos de referência, formação, execução de projectos no terreno, apoio técnico à definição e à aplicação de políticas e fomento do trabalho em rede com os agentes.

A acção do programa integra-se na intervenção do Serviço de Políticas e Desenvolvimento da Segurança Social da OIT e, em particular, na sua Campanha Mundial de segurança social e cobertura para todos.

Programa Estratégias e Técnicas contra a Exclusão e a Pobreza
Serviço de Políticas e Desenvolvimento da Segurança Social
Bureau Internacional do Trabalho
4, route des Morillons
CH – 1211 Genebra 22
Suíça
Tel: (+41 22) 799 6544
Fax: (+41 22) 799 6644
E-mail: step@ilo.org
<http://www.ilo.org/step>

A organização dos trabalhadores do sector informal dos mercados de Maputo e sua acção na promoção de melhores condições de vida e de trabalho

O papel da Associação dos Operadores e Trabalhadores do Sector Informal- ASSOTSI

Teresa Cruz e Silva

Bureau Internacional do Trabalho

Genebra

Copyright © Organização Internacional do Trabalho 2005
Primeira edição 2003

Todos os direitos das publicações do *Bureau* Internacional do Trabalho são reservados de acordo com o Protocolo 2 da Convenção Universal dos Direitos de Autor. No entanto, podem ser reproduzidos pequenos excertos das mesmas, sem autorização, na condição de que a fonte seja indicada. Para direitos de reprodução ou tradução, devem submeter-se os pedidos ao Gabinete de Publicações (Direitos e Autorizações), cuja morada é International Labour Office, CH-1211 Genebra 22, Suíça. Estes pedidos serão bem recebidos pelo Bureau Internacional do Trabalho.

As livrarias, instituições e outros utilizadores registados no Reino Unido na *Copyright Licensing Agency*, 90 Tottenham Court Road, London W1P 9HE (Fax: + 44 171 436 3986), nos Estados Unidos, no *Copyright Clearance Center*, 222 Rosewood Drive, Danvers, MA 01923 (Fax: + 1 508 750 4470) ou noutros países em Organizações de Reprodução de Direitos associadas, podem fazer fotocópias de acordo com as licenças que lhes forem emitidas para esse fim.

ISBN 92-2-817380-7 (print)
ISBN 92-2-817381-5 (web pdf)

A organização dos trabalhadores do sector informal dos mercados de Maputo e sua acção na promoção de melhores condições de vida e de trabalho. O papel da Associação dos Operadores e Trabalhadores do Sector Informal- ASSOTSI
Genebra, *Bureau* Internacional do Trabalho

As designações utilizadas nas publicações do *Bureau* Internacional do Trabalho, que estão em conformidade com a prática das Nações Unidas, e a apresentação dos dados aí descritos não implicam da parte do BIT nenhuma tomada de posição no que diz respeito ao estatuto jurídico de determinado país, zona ou território ou das suas autoridades, nem no que diz respeito ao traçado das suas fronteiras.

Os artigos, estudos e outros textos assinados comprometem, unicamente, os seus autores, não significando a publicação dos mesmos que o BIT subscreva as opiniões neles expressas.

A menção ou omissão de determinada empresa ou de determinado produto ou processo comercial não implica da parte do BIT nenhuma apreciação favorável ou desfavorável.

Prefácio

O estudo de caso sobre a organização dos trabalhadores informais nos mercados da cidade de Maputo, foi solicitado pelo programa STEP do *Bureau* Internacional do Trabalho, e foi produzido com base nas experiências dos mercados de Museu, Malhangalene, N'kakana e Xhikelene.

De acordo com os termos de referência era necessário realizar uma pesquisa com o objectivo de dar a conhecer as experiências locais demonstrativas do envolvimento de populações excluídas na melhoria das suas condições de vida. A base para esse trabalho é um estudo dos mercados informais da cidade de Maputo, e da Associação dos Operadores e Trabalhadores do Sector Informal (ASSOTSI), criada com o apoio do Comité da Mulher Trabalhadora (COMUTRA) do Sindicato Nacional dos Trabalhadores Moçambicanos – OTM, Central Sindical. O estudo de caso deveria proporcionar uma boa descrição dos processos metodológicos intrínsecos à iniciativa e permitir a apreciação quer da qualidade da informação disponível, quer a razão e justificação da selecção desta iniciativa como uma experiência de êxito que contribuiu para a melhoria das condições de vida de um certo agrupamento socialmente excluído.

O trabalho decorreu entre Maio e Setembro de 2001, na cidade de Maputo.

Depois de uma revisão bibliográfica, foi feito o desenho da matriz do estudo, e preparadas entrevistas semi-estruturadas. A escolha dos mercados tomou em consideração a necessidade de abranger zonas geográficas diferentes, e consequentemente tipos diferenciados de mercados e uma população alvo mais diversificada, em termos de interesses e necessidades.

Foram realizadas entrevistas junto de: i) Organização dos Trabalhadores Moçambicanos (OTM), através do Comité da Mulher Trabalhadora (COMUTRA), ii) Associação dos Operadores e Trabalhadores do Sector Informal (ASSOTSI), iii) Núcleos de Base (NB) dos mercados contemplados pelo estudo de caso, e iv) beneficiários dos mesmos mercados (lista de pessoas contactadas e entrevistadas, em anexo 1).

A análise dos resultados obtidos, levou-nos à produção deste relatório.

Ao longo da realização deste trabalho, muitos foram os que nos apoiaram, para quem dirigimos os nossos primeiros agradecimentos. Um agradecimento especial é no entanto dirigido a Cesta Chiteleca da COMUTRA, através de quem foi possível realizar os contactos necessários para levar a bom termo este estudo; à ASSOTSI, particularmente através dos seus Presidente e Vice-Presidente, respectivamente Ramos Vasconcelos Marrengula e Jacinto Manjaze, bem como aos Núcleos de Base em cada mercado, pelo tempo generosamente partilhado connosco e pela aprendizagem que nos proporcionaram através da descrição das suas experiências e avaliação dos problemas existentes.

Sumário Executivo

O estudo de caso teve por objectivo dar a conhecer as iniciativas geradas entre os comerciantes dos mercados informais alvo deste estudo, e particularmente as que foram iniciadas através da acção dos membros da ASSOTSI, assim como o funcionamento desta Associação.

Em 1999, sob iniciativa e incentivo da COMUTRA, criaram-se as condições para que os operadores e trabalhadores do sector informal na cidade de Maputo, através dos seus representantes eleitos, criassem a ASSOTSI. As relações de confiança e de solidariedade que se foram estabelecendo ao longo dos vários anos de luta pela defesa de interesses comuns, entre os operadores e trabalhadores do sector informal, estiveram na base da criação desta associação e eleição dos seus órgãos directivos.

As experiências existentes nos mercados informais, que constituíram o nosso estudo de caso, mostram-nos que existem iniciativas locais e saberes populares que são parte das estratégias de sobrevivência económica e se constituem como alternativas para fazer face à exclusão social. Elas assumem por vezes características extra-económicas e envolvem a preservação da dignidade humana, mesmo em condições de extrema pobreza. As redes de solidariedade e os grupos de poupança, grupos de entre-ajuda ou outras formas de solidariedade (a que faremos referência em ponto próprio deste estudo), são formas de auto-organização e iniciativas de base comunitária na origem da resolução de problemas. Elas podem catalizar mecanismos que, desenvolvendo formas mais amplas de organização, podem ser utilizadas para uma gestão social alternativa dos serviços sociais que sirvam uma determinada comunidade, desde que estimuladas e enquadradas, para poderem depois caminhar para formas auto-sustentáveis.

No caso concreto, o apoio é fornecido pela ASSOTSI. O grau de organização da Associação não permite ainda, quer tirar partido de iniciativas de solidariedade locais, quer ainda dispôr de montantes financeiros para apoiar o desenvolvimento dessas iniciativas, particularmente durante momentos de crise. As formas de poupança, o desencadeamento de cadeias de solidariedade ou o accionar de redes de solidariedade em momentos de crise, são ainda apenas o produto de acções separadas e independentes do funcionamento da Associação. O esforço da ASSOTSI tem sido mais dirigido à promoção e defesa dos direitos dos operadores e trabalhadores do sector informal, perante o Estado e outras instituições, na tentativa de melhoria das condições de trabalho e de vida dos seus associados. Dada a importância da Associação para a prossecução deste objectivo, parece ser importante reforçar o seu papel na relação entre os comerciantes dos mercados informais, o Estado e o Conselho Municipal da cidade de Maputo.

O balanço geral da criação e funcionamento da ASSOTSI, mostra-nos a existência de pontos fracos que são característicos de uma organização recém-criada, onde a dinâmica da sua direcção não é suficiente para as eliminar, se não forem feitas as devidas correcções e reforçados os seus pontos mais fortes. Sendo a ASSOTSI uma iniciativa piloto, o seu impacto indirecto na minimização da vulnerabilidade dos trabalhadores informais, far-se á sentir sobretudo a médio e curto prazo.

A situação conjuntural do país demonstra que o sector informal continua a ser a única alternativa para a sobrevivência de muitas famílias, o que vem reforçar a necessidade de apoiar as iniciativas da Associação, nomeadamente o seu papel na promoção da autonomia, participação e responsabilização dos trabalhadores do sector informal e na valorização das redes de solidariedade locais, como um caminho para a redução da exclusão social.

Índice

1	Introdução: o contexto	1
1.1	<i>Moçambique.....</i>	1
1.2	<i>A Cidade de Maputo</i>	1
1.3	<i>O crescimento do sector informal na cidade de Maputo</i>	2
2	Os trabalhadores da economia informal dos mercados urbanos na luta pela melhoria das suas condições de vida	4
2.1	<i>Os mercados informais.....</i>	4
2.2	<i>As redes tradicionais de solidariedade e entre-ajuda</i>	6
3	A experiência nos mercados urbanos de Museu, Malhangalene, N' kakana e Xhikelene e o apoio prestado pela ASSOTSI.....	8
3.1	<i>O Mercado do Museu</i>	8
3.2	<i>O Mercado da Malhangalene</i>	9
3.3	<i>O Mercado N'kakana</i>	10
3.4	<i>O Mercado Xhikelene</i>	11
4	Características do apoio prestado pela ASSOTSI.....	12
5	O papel do Comité das Mulheres	16
6	Pontos Fortes e Fracos	18
7	Conclusões e Recomendações	19
8	Postfacio.....	21
9	Bibliografia	23
10	Anexos	25

1 Introdução: o contexto

1.1 Moçambique

Moçambique situa-se na zona Austral de África, com uma superfície de 799.380 Km², e uma faixa costeira que se estende por 2.515 Km. Banhado pelo oceano Índico a este, faz fronteira a norte com a Tanzânia, a oeste com o Malawi, Zâmbia, Zimbabwe e África do Sul, e a sudoeste e sul com a Swazilândia e África do Sul. A sua população estimada, é de 17 milhões de habitantes.

As reformas económicas que caracterizam as décadas de 80 e 90 em Moçambique, levaram a uma revitalização da economia, embora tal não significasse uma redução dos índices de pobreza. “A pobreza, entendida como ausência das condições para uma vida longa, instrução e um padrão de vida aceitável, afecta a maioria esmagadora da população de Moçambique” (PNUD, 1998: 81). Na década de 90, sob pressão do processo de paz que põe fim ao conflito armado em 1992, o país sofre uma nova transição, passando de um sistema político monopartidário para uma situação de multipartidarismo. As crises económicas e os sucessivos processos de transição, têm custos sociais que se reflectem na qualidade de vida das populações. A necessidade de contrair os níveis de consumo para os adaptar à realidade económica do país e a incapacidade e impossibilidade do Estado para prover o bem-estar social impede que o mesmo crie um sistema para a minimização dos efeitos sociais negativos das reformas económicas, elevando os níveis de pobreza e o crescimento da exclusão, da reivindicação e da violência.

A incapacidade do Estado para a produção de serviços sociais básicos levou ao crescimento de formas alternativas de gestão social, transferidas para a “sociedade civil” que passou a exercer muitas das funções ligadas à produção do bem-estar económico e social, através de Organizações Não Governamentais (ONG's), Associações e diferentes redes de solidariedade (parentesco, vizinhança, grupos profissionais, étnicos, de amizade, etc).

1.2 A Cidade de Maputo

A cidade de Maputo, capital de Moçambique, é um pequeno observatório onde se espelha a situação do país, representado por todos os tipos de culturas e identidades/heterogeneidades nacionais, uma vez que aqui se podem encontrar imigrantes provenientes de todo o país e originários quer de áreas rurais quer de urbanas (Araújo, 1990: 80). De acordo com os dados do último censo populacional (Outubro de 1997), a cidade de Maputo tem um total de 966 000 habitantes, dos quais 470 000 são homens e 496 000 mulheres¹. Do ponto de vista político-administrativo, esta cidade foi classificada como uma unidade

¹ “A população moçambicana é maioritariamente composta por mulheres. Em 1980 a população feminina era 51% e em 1997 aumentou para 53%” (PNUD, 1998).

primária (Ministério do Plano e Finanças, 1996), com um estatuto equivalente a uma província, tendo sido dividida em cinco distritos urbanos, cada um englobando diversos bairros.

O processo de urbanização em Moçambique tem sofrido um crescimento rápido, e poderíamos mesmo qualificá-lo como explosivo. Muito mais rápido que o processo mundial, visto globalmente e, também, muito mais rápido que o do continente africano” (Ministério do Plano e Finanças, 1996: 15). A cidade de Maputo é assim colocada no contexto acabado de referir, onde se pode atribuir a maior responsabilidade pela sua componente de rápida urbanização às migrações campo-cidade (Araújo, 1990).

Maputo enfrenta assim os problemas de uma cidade com um inadequado desenvolvimento urbano (Araújo, 1990: 80): i) aumento acentuado de desemprego e crescimento de actividades informais; ii) utilização descontrolada e esgotamento de recursos florestais em volta da cidade, com os consequentes desequilíbrios ecológicos; iii) dificuldades de acesso aos serviços de educação e saúde; iv) densificação sem planeamento e controle das áreas próximas dos centros económicos, dos serviços e da rede de transportes; v) agravamento acentuado das condições de habitação por efeito cumulativo (chegada permanente de mais pessoas e inexistência de novas construções), incluindo a insuficiência de infraestruturas de abastecimento de água, electricidade, saneamento e recolha de lixo; vi) ocupação descontrolada de áreas reservadas e dificuldades de controlo do uso do solo urbano.

1.3 O crescimento do sector informal na cidade de Maputo

Nos anos 80, o país encontrava-se mergulhado numa profunda crise de abastecimento em bens de consumo, o que contribuiu para o desenvolvimento de mercados paralelos e para uma subida de preços dos bens essenciais, nomeadamente nos bens alimentares, afectando particularmente a cidade de Maputo. A situação foi agravada pela desvalorização da moeda nacional, o metical. As reformas introduzidas em Moçambique nos anos 80 no sentido da liberalização económica resultaram em significativas mudanças no funcionamento dos mercados, sobretudo de produtos alimentares básicos.

O aumento da vulnerabilidade daí resultante para as famílias mais pobres e o consequente incremento da sua fraca capacidade de sobrevivência neste período, exigia a procura das mais diversas estratégias para fazer face ao dia a dia. O nível de degradação económica e social das populações sofreu um aceleração ao longo dos anos 80 e durante a década de 90, devido à situação de guerra, e a uma economia pós-guerra, ao regresso ao país de deslocados, imigrantes retornados dos países vizinhos, da ex-República Democrática Alemã, e desmobilizados de guerra, criando assim mais pressões sobre zonas caracteristicamente afectadas pelos processos de migração campo cidade,

como a cidade de Maputo, onde a pobreza urbana foi assumindo características marcantes.

Os programas de acção social introduzidos pelo Estado a partir de finais de 1980, que vieram a constituir os programas de protecção social para apoio às populações mais desfavorecidas no país, bem como os programas ligados aos planos de acção na estratégia nacional de redução da pobreza, introduzidos ao longo da década de 1990, são manifestamente insuficientes para conter os efeitos das crises económica e social que o país atravessa, situação agravada pelas cheias que afectaram as zonas sul e centro em 2000 e 2001.

O desenvolvimento descontrolado da cidade de Maputo, com níveis acentuados de pobreza urbana, o crescimento das taxas de desemprego, a redução de oportunidades e o crescimento da exclusão, deixavam à maioria dos cidadãos poucas possibilidades de emprego no sector formal, devido ao próprio sistema produtivo urbano, baseado em serviços, na indústria e um sistema de capital intensivo, ficando como única alternativa o emprego no sector informal (Cimeira Nacional para o Desenvolvimento Social de Copenhagem, *Relatório Nacional de Moçambique*, 1995).

A utilização dos conceitos formal e informal, que assumem frequentemente formas ambíguas, pela sua permeabilidade, têm sido objecto de vários debates em diversas áreas científicas, e no caso que estamos a tratar, particularmente associados ao acesso a recursos e formas de acumulação (Bowen, 2000). Embora essa discussão esteja fora do âmbito a que se refere o nosso trabalho, convém no entanto observar, que adoptámos a utilização do conceito “sector informal”, para nos referirmos aos indivíduos que participam numa actividade comercial, sem possuir licença legal para o seu exercício, e que não sendo directamente taxada, e portanto não reportada oficialmente, no geral, está abrangida pelo pagamento de taxas específicas às autoridades municipais (MOA/MSU, 1993; Bowen, 2000). Inicialmente utilizada para se referir a actividades ilegais ou ilícitas, popularmente designadas por “candongá” (que significa actividade ilegal ou ilícita) ou “dumba nengue” (uma expressão que em Tsonga, falado no sul de Moçambique, significa textualmente: pega nas pernas e corre), para além de outras expressões utilizadas ao longo do país, em línguas locais, o conceito “sector informal”, enquadra os novos tipos de actores que operando na área do comércio, não são reconhecidos pelos regulamentos vigentes, e por isso são reprimidos pelas autoridades policiais, no exercício das suas actividades. Apesar destas circunstâncias, hoje, esse mesmo termo é utilizado na linguagem dos media, das organizações, agências doadoras e governo, e representa formas novas ou ajustadas do exercício da actividade comercial, resultantes das experiências da guerra e pós-guerra, e influenciadas pelo processo de liberalização da economia (Bowen, 2000:23).

Um aspecto importante a observar no sector informal, e em que o caso de Moçambique não constitui excepção no continente africano, é o próprio facto da

maior parte dos agentes informais serem mulheres. As mulheres fazem parte dos primeiros grupos que dinamizaram a criação e o desenvolvimento do sector informal, e continuam a representar a maior população de indivíduos que operam neste sector (fonte: ASSOTSI). Isto significa também, que se trata de uma actividade que até muito recentemente era considerada pouco convencional para indivíduos do sexo feminino, devendo por conseguinte merecer um estudo sobre os seus impactos sociais, particularmente no que concerne a formas de poder e uma eventual alteração dos padrões ligados a valores culturais e relações sociais de género nas famílias e na sociedade, no sentido mais lato da palavra. Este aspecto acaba por assumir uma importância maior, se considerarmos que a mulher se encontra entre o maior grupo de excluídos sociais.

2 Os trabalhadores da economia informal dos mercados urbanos na luta pela melhoria das suas condições de vida

2.1 Os mercados informais

Se quisermos situar a emergência dos mercados informais (já que comércio ilegal assumindo formas de contrabando e outros tipos, “sempre existiu”), em termos de espaço e tempo histórico, poderemos colocar o ano de 1987, como um marco, já que não podemos dissociar este processo do sistema de liberalização do mercado.

O pequeno negócio de esquina, feito nos passeios das estradas, dominado por mulheres e associado inicialmente à venda de bens alimentares (que sofreram o primeiro impacto da liberalização de preços), constituiu assim, a fase emergente do que são presentemente estes mercados. Hoje, mantêm-se as formas de pequeno comércio de esquina, ou ambulante, mas a evolução deste sector assumiu características diferentes. Entre grossistas e retalhistas, o sector informal oferece-nos uma variedade de produtos em termos de qualidade e quantidade, que são o reflexo do seu crescimento.

Os novos mercados que vão nascendo, ocupam terrenos baldios, e crescem de uma forma extraordinariamente rápida e descontrolada. No entanto, funcionam sem infraestruturas físicas mínimas, e na maior parte dos casos, para além das construções precárias onde estão instalados, não estão abrangidos por um sistema de saneamento, distribuição de água e electricidade, ou quando têm acesso à rede de abastecimento de água, ou a um serviço de sanitários públicos, este processo mostra-se bastante insuficiente para as necessidades existentes. Com efeito, as taxas municipais pagas pelos vendedores, parecem não dar às autoridades administrativas uma obrigação de providenciar infraestruturas locais para o seu trabalho. Na maior parte dos casos estes mercados são classificados como transitórios, pelas mesmas autoridades, quer

por terem crescido em zonas consideradas “impróprias” para o seu funcionamento, ou ainda por não oferecerem condições de sanidade, de acordo com os padrões que garantem a saúde pública. Uma vez que os regulamentos vigentes não contemplam o tipo de actividade comercial praticada pelo sector informal, os seus agentes podem ser considerados pelas autoridades municipais como exercendo actividades ilegais, porque não licenciadas e porque instalados em locais considerados impróprios. Contudo os operadores e trabalhadores do sector informal acabam por operar dentro de um quadro relativamente legal pelo facto de pagarem as já referidas taxas municipais.² Nestas condições, existe uma tensão permanente entre os agentes do sector informal e as autoridades municipais, num processo de luta pela manutenção e localização dos mercados, pelos primeiros. No entanto, uma tal ambiguidade, permite-lhes lutar por alguns direitos e reivindicar algumas regalias, ao mesmo tempo que cria algumas dificuldades ao município para definir políticas ligadas ao sector. O grande debate que hoje se coloca, particularmente na relação entre os mercados e o município da cidade de Maputo, é sobre o futuro deste sector. “Uma rápida mudança na tolerância por parte das autoridades pode mudar rapidamente a sua condição” (MOA/MSU, 1993: 1).

Com o crescimento e a diversificação dos mercados informais na cidade de Maputo, estamos agora perante uma situação em que frequentemente, os sectores formal e informal se permeiam de tal modo, que se torna difícil por um lado distingui-los e por outro lado separá-los. Assim, há locais que funcionam como grossistas abastecedores do comércio formal, ao mesmo tempo que temos um comércio retalhista onde operam trabalhadores ligados ao comércio formal convencional (MOA/MSUA: 1993). A par destas actividades, continuamos a ter o típico comércio retalhista informal, e um grande número de pequenos comerciantes que vendem desde produtos básicos, alimentares e de consumo doméstico, vestuário, material de construção e uma gama de produtos sem fim, aos que trabalham na área de prestação de serviços e pequena indústria. Citando Sahn e Desai (1992), o Relatório Preliminar de pesquisa de Junho de 1993, produzido pelo MOA/MSU, referia para esse período, um volume de negócios existente nos mercados informais, entre 3 a 14 vezes superior ao das lojas de comércio do sector formal retalhista. Embora não tenhamos dados disponíveis para fazer uma avaliação real da situação hoje, tudo parece indicar que o crescimento em flecha deste sector, tenha igualmente dilatado o seu volume de negócios, quando comparado com o do sector formal. Os agentes do sector informal, variam assim, entre os referidos pequenos comerciantes retalhistas, a médios e grandes comerciantes proprietários de vários negócios, aos operadores grossistas.

² (ver Anexo 4: Extractos da entrevista ao Presidente do Concelho Municipal da Cidade de Maputo, publicada no semanário “Domingo”, 17 de Junho de 2001 pp.16-17, para uma melhor compreensão dos problemas existentes entre o Município e os mercados do sector informal)

2.2 As redes tradicionais de solidariedade e entre-ajuda

Com tão variada gama de intervenientes, é também comum a existência de uma diversidade de sistemas formais e informais de poupança e crédito, que vão desde o recurso às formas mais convencionais como os bancos, à existência de formas menos convencionais (se utilizarmos uma visão mais “ocidental” do sentido da palavra convencional), embora mais popularizadas e resultantes de tradições africanas centenárias da experiência em grupos de poupança e processos de entre-ajuda.

O “xitique” (palavra Tsonga que significa poupança), é uma das formas mais comuns, para a realização de poupanças nos mercados informais. Baseado em formas muito simples, o processo inicia-se normalmente a partir de um grupo de amigos(as) que se juntam, fixam o montante da contribuição de cada membro e a periodicidade dos encontros para prestação de contas e distribuição rotativa da poupança, por cada um deles. A forma de pagamento não tem que ser necessariamente monetária, havendo casos em que essa contribuição se traduz em bens materiais (utensílios domésticos, panos, etc). Os fundos circulam entre os seus membros e a sua colecta e distribuição funciona regra geral na base da confiança e empatia, ao mesmo tempo que obriga cada membro do grupo a fazer a poupança de um montante pré-determinado e dentro da periodicidade previamente definida (diária, quinzenal, mensal, trimestral etc), para o pagamento da sua quota. A distribuição da poupança entre os membros do grupo é feita periodicamente e rotativamente. Contudo, para casos especiais (doença, morte, casamento, etc) podem ser abertas excepções à escala dessa rotatividade, desde que haja acordo entre os membros do grupo.

Os grupos de “xitique” existentes nos mercados, para além de terem especificidades que respondem aos interesses dos seus actores sociais, assumem diferentes formas, que vão de grupos com uma duração efémera onde os seus membros se juntam apenas para fazer face a um problema concreto (para comprar fardamento escolar ou livros para os seus filhos, entre muitos outros exemplos), a outros mais duradouros (aquisição de mercadorias, melhoramento das suas bancas, ou uma poupança sem fins previamente determinados), sendo também as contribuições de cada grupo extremamente variáveis, podendo por exemplo variar de 10.000.00 mt/dia ou semana³ a 100.000.00 mt, ou bastante mais. É no entanto importante referir, que é muito difícil conseguir obter dados precisos sobre as contribuições monetárias de cada membro do grupo, quer pela sua imensa variedade, quer ainda porque alguns deles trabalham com somas avultadas de dinheiro, ficando esse aspecto no segredo do grupo. Em estudos anteriores que abordavam a problemática da poupança feita através do sistema de “xitique”, foi-nos possível constatar, que no comércio informal, as quotas pagas pelos seus membros, situavam-se por vezes em milhões de meticais, e em alguns casos eram feitas em moeda convertível, já que, como referimos anteriormente, o comércio informal inclui grossistas e

³ 1 USD = 22.000.00 mt

retalhistas, envolvendo conseqüentemente indivíduos que necessitam de lidar com grandes quantidades de mercadorias e somas monetárias elevadas. Nos mesmos casos foi também possível constatar que alguns comerciantes, independentemente de terem uma conta bancária, eram também membros de grupos de xitique, que segundo os nossos informadores por vezes lhes trazia mais vantagens que a poupança bancária, dado que os obrigava a assumir um compromisso perante os outros membros do grupo de pagar a sua quotização, o que não acontecia com a poupança bancária (Cruz e Silva, 2000). Mesmo tratando-se de formas informais de poupança, uma boa parte dos grupos de “xitique” tem uma contabilidade básica e uma gestão financeira simples, em cadernos ou folhas de papel, em que se registam as entradas, saídas e os beneficiários do sistema, revelando um processo de auto-organização.

Outros estudos sobre a cidade de Maputo, incidindo em mercados informais, indicam que para além da confiança e empatia que leva à criação dos grupos de “xitique”, acresce-se outro tipo de identidades que levam os indivíduos a associarem-se, e que acabam muitas vezes por funcionar como determinantes para as formas de organização de grupos de poupança. Alguns exemplos típicos a citar, podem ser a identidade religiosa e étnica, o parentesco, a vizinhança, a profissão ou mesmo a idade, que são aliados à confiança para a constituição de grupos informais de poupança e para determinarem as suas formas e os rituais que lhes estão associados (Cruz e Silva, 2000).

Nos mercados da cidade de Maputo, encontram-se formas variadas de associativismo realizadas com o objectivo de defender interesses comuns, que resultam em sistemas de auto-organização formais e informais, baseadas na confiança e empatia existente entre os indivíduos, mas resultantes das mais diversas identidades, como já foi mencionado. Neste processo, podemos referir a existência de redes de solidariedade da mais diversa índole accionadas em situações de crise, e em casos de doença ou de morte. Uma observação indirecta feita nos mercados informais, algumas conversas com os nossos entrevistados, as entrevistas realizadas e os conhecimentos existentes sobre o funcionamento das redes de solidariedade no país, facilmente nos fizeram compreender que o seu funcionamento é vital para a estabilidade dos comerciantes dos mercados abrangidos por este estudo de caso, na medida em que podem constituir a base para a catalização de mecanismos de entre-ajuda, e cuja experiência pode ser mobilizada para gerar iniciativas de gestão social alternativa organizada pelas próprias comunidades. Tal como as diferentes formas de “xitique” mencionadas, estas redes de solidariedade são variáveis em termos de objectivos, durabilidade e estabilidade.

3 A experiência nos mercados urbanos de Museu, Malhangalene, N'kakana e Xhikelene e o apoio prestado pela ASSOTSI

Em Maputo, a maior parte dos mercados informais, e sobretudo os maiores e mais antigos, cresceram em zonas classificadas durante o período colonial, como subúrbios da cidade de Maputo, como é o exemplo de um dos mais antigos e maiores mercados da cidade, o Xipamanine (que tem uma área formal e uma informal), ou em áreas periféricas, em zonas geralmente habitadas por pessoas de fracas capacidades económicas. Há no entanto nesta cidade mercados mais pequenos, como o do Museu, que se implantaram e cresceram em zonas de cimento normalmente consideradas “zonas nobres”, habitadas por uma classe média a alta, para além de outros exemplos que espelham uma situação em que pequenos a médios mercados informais, emergem de premeio com bairros residenciais ou zonas comerciais da cidade de cimento. Nos últimos anos, o sector informal na cidade de Maputo atingiu níveis de desenvolvimento crescentes mas impossíveis de controlar, quer em termos de organização, quer em termos de investimentos realizados. A origem e circunstâncias históricas apresentadas explicam em larga medida a forma e situação actual dos mercados informais da cidade de Maputo.

3.1 O Mercado do Museu

O Mercado do Museu, conhecido oficialmente como Mercado Josina Machel (por se situar junto da escola secundária com o mesmo nome), localiza-se no Bairro da Polana, uma zona maioritariamente habitada por cidadãos pertencentes a uma classe média a alta, numa área que se situa junto ao Museu de História Natural, e muito perto do Hotel Cardoso. Estrategicamente colocado junto de uma terminal de transportes públicos colectivos e semi-colectivos (vulgo “chapa 100”) que ligam a cidade de cimento à maior parte dos subúrbios, áreas peri-urbanas da cidade e à cidade da Matola, este mercado situa-se ainda junto de duas das maiores escolas secundárias do país, a Josina Machel, virada para o ensino geral, e a Escola Comercial de Maputo.

De acordo com as informações obtidas dos nossos entrevistados, as primeiras ocupações do terreno onde hoje se situa o mercado, fizeram-se em Fevereiro de 1991, quando os vendedores, depois de terem sido sucessivamente expulsos pelas autoridades municipais de vários locais, o último dos quais na Avenida Agostinho Neto, no mesmo bairro, onde a polícia utilizou métodos repressivos violentos, procuravam um local para instalar os seus negócios. Por estar situado numa área considerada pelo município como não adequada para o desenvolvimento deste tipo de comércio, o seu estatuto é provisório. Consequentemente não são autorizadas construções definitivas, e o mercado não tem um sistema de saneamento, água canalizada e electricidade, ou quaisquer outras infraestruturas melhoradas para o seu funcionamento. Os sanitários públicos recentemente construídos, nasceram de uma iniciativa do núcleo de base da ASSOTSI, e o seu financiamento resultou da contribuição dos

comerciantes. O mercado tem uma população de 580 pessoas, entre proprietários e empregados.

Desde que se instalaram neste local, os trabalhadores do mercado organizaram-se numa comissão local, na base de uma confiança mútua, para fazer face às constantes “ameaças” vindas das autoridades municipais para abandonarem o local, e como forma de protegerem os seus bens e interesses comuns. Essa comissão, foi a base a partir da qual se criou o núcleo de base da ASSOTSI, que tem aqui 40 membros já com cartão de sócio, para além de outros ainda não contabilizados, uma vez que os seus processos de admissão estão na sede da associação para registo (Ver Anexo 4, com a ficha de inscrição para candidatura a membro da Associação).

A classificação como mercado provisório, parece ser, no dizer dos nossos entrevistados, um dos maiores constrangimentos ao seu desenvolvimento, e que tem dificultado as negociações para a extensão das redes de água e electricidade ao mercado, e a não autorização de construção de instalações melhoradas e definitivas para o funcionamento das bancas e barracas que se dedicam à venda de mercadorias e prestação de serviços. A falta de uma força de segurança no mercado para protecção de pessoas e bens, constitui também um dos problemas que preocupam os vendedores e utentes deste mercado, mesmo quando há cooperação das forças policiais. Na sua relação com o concelho municipal, os agentes informais só foram ou são autorizados a instalarem-se neste local, depois de assinarem um documento em que se comprometem a abandonar o mesmo local quando assim forem obrigados pelas autoridades municipais.

3.2 O Mercado da Malhangalene

O **Mercado da Malhangalene**, conhecido oficialmente por 4 de Outubro, fica situado no bairro com o mesmo nome, numa área urbana de transição entre uma população de classe média e outra com maiores dificuldades económicas, vivendo em zonas de habitações precárias. Tal como o Mercado do Museu, foi construído num terreno baldio, encravado entre uma praça com jardim e prédios de habitações e comércio. Ocupa uma área relativamente pequena, e enferma também de falta de água, luz, saneamento do meio e sanitários públicos para os utentes e trabalhadores do mercado. As construções aí existentes são feitas de material precário, o que nos mostra a sua situação com um carácter ainda transitório. A sua existência data dos inícios dos anos 90.

Tendo partido da criação de uma comissão de trabalho eleita pelos seus vendedores, na base de relações de confiança, para a solução de problemas comuns e contactos com o município, para evitar que fossem despejados do local, foi criado o núcleo de base da ASSOTSI. O mercado tem cerca de 300 vendedores permanentes, cujas actividades são variáveis entre o comércio de alimentação e bebidas, serviços de refeições, à venda de uma variada gama de

bens de consumo. Destes, apenas 5 são membros da ASSOTSI, com cartão de sócio, estando ainda em curso a mobilização para a angariação de novos membros, e a legalização da situação de outros indivíduos que submeteram as suas candidaturas para adesão à associação. Apesar desta associação ser reconhecida neste local como uma organização que zela pelos interesses dos operadores e trabalhadores dos mercados informais, o número de sócios existentes e o pouco interesse manifestado por algumas das pessoas por nós contactadas, levou-nos a concluir que o seu grau de inserção neste mercado é ainda bastante fraco.

Embora o mercado se situe numa zona relativamente calma, a necessidade de proteger os bens dos seus trabalhadores, levou a ASSOTSI a organizar um serviço de protecção e segurança, que funciona durante o período da noite, sob a responsabilidade da segurança comunitária. Os salários destes trabalhadores são pagos através das contribuições feitas diariamente (1000.000.00/dia) pelos agentes informais, e canalizadas para a sede da associação, que centraliza e tem o comando destas forças de protecção que operam nos vários mercados, em colaboração com as forças policiais.

A ASSOTSI, está também num processo de negociações com as estruturas municipais com vista à construção de sanitários públicos no local. Contudo, problemas básicos como o saneamento, a água corrente, a electricidade, e o tipo de construções provisórias existentes, continuam a preocupar os agentes informais deste mercado.

3.3 O Mercado N'kakana

O **Mercado N'kakana**, conhecido oficialmente por 16 de Junho, situa-se na extremidade da Av. 24 de Julho, no Bairro da Malanga, num terreno baldio, com níveis friáticos muito elevados, e bastante perto de uma avenida muito movimentada. Com construções muito precárias, embora situado numa zona do Alto Maé, onde a maioria dos seus habitantes pertence a uma classe média mas bastante modesta, e muito perto de uma zona onde existe alguma indústria e uma concentração de empresas de prestação de serviços, particularmente no ramo automóvel, na realidade, a maior parte dos vendedores deste mercado são retalhistas que vendem os mais variados produtos para consumo, havendo uma predominância de pequenos comerciantes, particularmente mulheres associadas à venda de verduras, tubérculos, frutas e outros produtos alimentares. A prestação de serviços reduz-se praticamente à venda de refeições confeccionadas no local.

Com 422 vendedores, dos quais 40 são membros com cartão da ASSOTSI, havendo outros que submeteram já as suas candidaturas para adesão mas aguardam que o processo seja despachado, este mercado auto-organizou-se na base da confiança e formou uma comissão de trabalho, à semelhança dos anteriormente referidos, para se proteger contra ordens de despejo do concelho

municipal, e defender interesses comuns. Foi também a partir desta comissão que nasceu o núcleo de base da Associação dos Operadores e Trabalhadores dos Mercados Informais.

Embora nos tivesse sido difícil determinar a data em que as populações transformaram esta zona num mercado, os depoimentos de uma vendedeira idosa, levaram-nos a concluir que já durante o período colonial, este era um local utilizado por alguns cidadãos para fazer o pequeno comércio, particularmente de vegetais, tubérculos, frutas, carvão e lenha, como ainda hoje é tradição. Todavia, por estar localizado em lugar inapropriado, quer do ponto de vista de salubridade, quer de acordo com os planos de desenvolvimento da cidade de Maputo, foram tomadas ao longo destes anos, várias medidas repressivas, para evitar que ele se transformasse num local fixo de comércio. Hoje, embora mantenha todas as características de um mercado provisório, sem infraestruturas físicas, como água corrente, saneamento do meio, e electricidade, e com construções bastante precárias, tal como outros mercados do mesmo tipo existentes na cidade, uma parte dos seus vendedores estão aí fixados há vários anos. O mercado está guarnecido durante a noite e o dia, por uma força de segurança, comunitária, organizada pela ASSOTSI.

3.4 O Mercado Xhikelene

O **Mercado Xhikelene** (palavra tsonga que significa um local onde existe um buraco de grandes dimensões, uma vez que a zona foi uma câmara de empréstimo de terras para a construção de estradas), oficialmente conhecido por Mercado da Praça dos Combatentes, é considerado um dos maiores mercados informais da cidade, onde o nível de investimentos realizados, a diversidade da oferta de produtos e o movimento de pessoas que aí circulam, tem crescido nos últimos anos, de forma absolutamente impressionante. Situado na Praça dos Combatentes, o mercado está implantado numa zona desenhada para ser uma confluência de várias estradas que ligam o aeroporto a zonas industriais, e à zona habitacional de cimento, por vias mais rápidas que circundam as artérias mais movimentadas da cidade. A sua formação inicial data de 1987, por razões e processos idênticos aos que levaram à criação de outros mercados informais. Com um crescimento explosivo, em poucos anos transformou-se num mercado com cerca de 5176 vendedores, entre grossistas e retalhistas.

A zona onde se situa este mercado, é também uma terminal de transportes semi-colectivos, com ligações para todos os pontos da cidade, imprimindo assim a este local uma grande centralidade.

Embora tenha todas as características físicas de um mercado com estatuto de provisório, a avaliar pela maior parte das construções existentes, ficaram-nos algumas dúvidas sobre o seu estatuto real. A sua dimensão e a sua forma de organização, à semelhança dos mercados acabados de referir, estiveram

também na origem da formação do núcleo de base da ASSOTSI. As iniciativas locais dinamizadas por esta associação, levaram a que as negociações que se foram estabelecendo com o município, tivessem permitido melhorar a situação do mercado em termos de infraestruturas mínimas, como a existência de água canalizada, electricidade e sanitários públicos, financiados pelos comerciantes. Um outro aspecto que resultou de uma organização bem sucedida, foi a autorização para a construção, mesmo que de materiais menos definitivos, de sistemas de protecção para as mercadorias e trabalhadores, contra a chuva e o sol. O mercado é também protegido pelas forças de segurança comunitária organizadas pela ASSOTSI. Embora todos os agentes informais deste mercado paguem a taxa de 1000.000.00/dia à associação para garantir a segurança do mercado foi-nos difícil no terreno conseguir distinguir entre os membros da organização, filiados e os que apenas pagam essa taxa diária, uma vez que a maioria dos membros não têm cartão, e não pagam quotas, como nos referiremos mais adiante.

4 Características do apoio prestado pela ASSOTSI

Embora na sua fase inicial de funcionamento a ASSOTSI esteja circunscrita à cidade de Maputo, onde está sediada,⁴ ela pode vir a ter uma abrangência nacional.

O núcleo dinamizador que levou à criação da ASSOTSI teve a sua origem numa iniciativa da OTM, Central Sindical. A ideia de convidar trabalhadores do sector informal para uma discussão sobre os seus problemas e perspectivas de criação de uma organização que defendesse os seus interesses, partiu da COMUTRA/OTM, liderado pela sua coordenadora nacional, Cesta Chiteleca, uma vez que dentro das preocupações desta organização, estava a posição e o futuro do imenso número de mulheres que engrossam e dinamizam este sector.

Depois de se inteirar da existência de formas de auto-organização no seio dos mercados informais para a resolução de problemas comuns, e partindo do conhecimento da existência de outras situações semelhantes em outros países africanos, a direcção da COMUTRA ofereceu o seu apoio e incentivo para realizar um encontro deste sector, e dinamizou a formação de uma organização de enquadramento do sector informal da economia, a partir das iniciativas já existentes nos mercados informais (comissões de trabalho).

Sob a liderança de Ramos Vasconcelos Marrengula, na altura líder da comissão organizadora do mercado de Xikhelene (posteriormente nomeado o primeiro presidente da direcção executiva da associação), foi possível reunir representantes eleitos dos vários mercados de Maputo, para preparar uma conferência, que se realizou em 1999, na Escola Central de Formação da OTM, na Matola.

⁴ informação pessoal de Jacinto Manjaze, Vice-Presidente da ASSOTSI, em Agosto de 2001

Com a presença de representantes do município da cidade, das áreas da saúde e do comércio, discutiram-se os maiores problemas referentes a este sector, depois do que foi decidido criar uma associação que zelasse pelos interesses de todos os agentes do sector informal.

Com uma existência ainda recente, a associação tem já um estatuto, e órgãos democraticamente eleitos, exercendo as suas actividades nos mercados mais importantes da cidade de Maputo.

Podem ser membros da ASSOTSI, todos os operadores e trabalhadores do sector informal, de qualquer ramo de actividade, nomeadamente do comércio, pequena indústria e prestação de serviços, desde que o desejem, e solicitem o seu reconhecimento legal, respeitando as condições estabelecidas nos estatutos. Depois do preenchimento de uma ficha (Anexo 3), o processo é avaliado, e depois de cumpridas as formalidades burocráticas, é-lhe atribuído um número e um cartão de membro associado.

Entre os objectivos consagrados nos seus estatutos, gostaríamos de realçar os seguintes:

- i) promover e defender os direitos e interesses dos operadores e trabalhadores do sector informal para a melhoria das suas condições de trabalho e de vida;
- ii) contribuir para a organização do sector informal, e para a melhoria da qualidade de serviços prestados à sociedade;
- iii) desenvolver a solidariedade e interacção no seio dos trabalhadores e operadores do sector informal;
- iv) representar os operadores e trabalhadores do sector informal perante instituições do Estado e assim como privadas.

Na base, a ASSOTSI é representada pelos Núcleos de Base (NB), que se criam ao nível dos centros de concentração dos operadores e trabalhadores do sector informal, congregando os associados nela inscritos, na sua área e periferia (no nosso estudo específico, nos mercados).

Os Núcleos de Base (também conhecidos por comissões locais, ou simplesmente comissões, por causa da sua origem, já referida anteriormente quando explicámos a história de cada mercado), são órgãos eleitos, na base da confiança, cujo secretariado, entre outras competências, deve:

- i) materializar o programa de acção aprovado pela Assembleia Geral do NB, e assegurar a realização das tarefas definidas pelos órgãos superiores;
- ii) orientar e supervisionar as actividades do NB;

- iii) mobilizar os operadores e trabalhadores da sua área de concentração para se filiarem na ASSOTSI;
- iv) representar os operadores e trabalhadores da sua área de concentração, e funcionar como elo de ligação entre estes e a direcção executiva da Associação.

Através das observações realizadas nos mercados seleccionados verificámos que na prática, os órgãos eleitos na base, tentam exercer as suas funções da melhor forma, e são consideradas pessoas respeitadas entre os agentes informais.

O seu empenhamento, a qualidade do seu trabalho, e a sua inserção entre os informais de quem são representantes, estão na base do sucesso do trabalho da ASSOTSI.

Muitos dos elementos que constituem o Núcleo de Base, vieram das comissões de trabalho existentes nos mercados anteriores à formação da associação, como referido, e foi justamente a confiança no seu trabalho depositada pelos seus colegas que lhes garantiu a eleição para o novo cargo.

Falta todavia, muitas vezes, uma articulação mais prática entre a direcção executiva e os núcleos de base. A invisibilidade da direcção executiva junto dos associados, foi diversas vezes apontada como uma falha, por alguns dos nossos entrevistados, e confirmada pela direcção executiva, como uma fraqueza do seu sistema de funcionamento.

Apesar dos objectivos traçados pela ASSOTSI e enunciados nos seus estatutos, a motivação principal para a filiação nesta organização, pareceu-nos na maior parte dos casos induzida pela necessidade de garantir a segurança física e dos bens dos agentes informais, e sobretudo garantir que haja um interlocutor válido para representar os seus interesses, nas negociações com o Governo, através do município, ou com outras organizações. O próprio facto de termos constatado que há membros da ASSOTSI (por exemplo no Xikhelene) pouco informados sobre os objectivos desta organização, embora valorizem as mudanças realizadas nos mercados informais por acção da Associação, parece-nos ser uma boa ilustração desta situação.

Por se tratar de uma organização nova, e dadas as circunstâncias históricas que se prendem com a origem e desenvolvimento do sector informal, o processo de mobilização de membros para a associação nem sempre é uma tarefa fácil. De acordo com as informações obtidas junto da Direcção Executiva da ASSOTSI, presentemente, a associação conta com 540 membros. Contudo, as informações recebidas nos Núcleos de Base, com base no interesse expresso pelos comerciantes, levam a crer que se dê, no curto prazo, um crescimento considerável no número de associados. Mesmo assim, o sector de mobilização e angariação de novos membros precisa de um grande reforço.

Apesar desta constatação, o presente estudo de caso deixou-nos a impressão, que o número relativamente pequeno de membros associados está longe de corresponder ao número de indivíduos que são na realidade os beneficiários da actividade da Associação, uma vez que ao defender os interesses dos operadores e trabalhadores do sector informal, esta organização acaba beneficiando os interesses de quase todos, independentemente de serem ou não filiados nesta organização.

A insistência de muitos dos nossos entrevistados no facto da ASSOTSI não estar ainda preparada para subsidiar os funerais dos seus membros e familiares, ou de prestar uma assistência financeira em casos de crise, é demonstrativa da importância que as práticas de solidariedade e construção de redes de ajuda mútua, representam para os agentes informais.

Muito embora entre os objectivos da ASSOTSI conste o desenvolvimento de acções de solidariedade no seio dos trabalhadores e operadores do sector informal, o grau de organização da associação não permite ainda, quer tirar partido de iniciativas que fazem parte de tradições seculares de práticas de solidariedade da mais diversa índole entre os moçambicanos, quer ainda dispôr de montantes financeiros para apoiar o desenvolvimento dessas iniciativas, particularmente durante momentos de crise.

Deste modo, formas de poupança como o “xitique”, o desencadeamento de cadeias de solidariedade ou o accionar de redes de solidariedade em momentos de crise, são o produto de acções separadas e independentes do funcionamento da associação e das taxas cobradas nos mercados onde a ASSOTSI está inserida.

Desde a sua criação, o esforço da ASSOTSI tem sido mais direccionado na promoção e defesa dos direitos dos operadores e trabalhadores do sector informal, perante o Estado e outras organizações, e na tentativa de melhoria das suas condições de trabalho.

Neste ponto, parece ser importante reforçar o papel desempenhado pela ASSOTSI na relação entre os mercados informais e o Estado, uma vez que a ambiguidade do comércio informal, em termos legais cria uma relação difícil com o Estado, aqui representado pelo Conselho Municipal da cidade de Maputo, através da vereação para a área dos mercados em primeiro lugar, e através das Direcções da Cidade para as áreas do comércio e da saúde.

A fraqueza do Estado na produção do bem-estar social, ao inibir o funcionamento correcto e a extensão de serviços sociais básicos (água, electricidade, saneamento, saúde e educação, entre outros) à maioria da população, não pode priorizar a extensão destes mesmos benefícios aos mercados informais, pelo seu estatuto, acabado de referir, dentro do quadro legal existente. A acção do Estado, acaba assim muitas vezes por se resumir a

medidas administrativas, onde o estatuto provisório dos mercados cria uma relação de permanente tensão com a administração da cidade, e onde muitas vezes a preocupação do município se resume à cobrança de taxas diárias ou à verificação da existência de um documento de saúde que atesta que o vendedor está autorizado a exercer essas funções.

No processo de negociações com o Estado e outras entidades públicas ou privadas, a Associação tem ainda a vantagem de poder contar com a parceria dos sindicatos, através da OTM/Central Sindical, da COMUTRA/OTM a nível da cidade de Maputo, de quem recebe assessoria e aconselhamento⁵.

Um esforço particular para a melhoria das condições de trabalho nos mercados foi feito na área da segurança de pessoas e bens, na construção de bancas protegidas contra o sol e a chuva, mesmo que de materiais precários, e com maiores dificuldades, foram feitas tentativas para conseguir o abastecimento de água e electricidade e o melhoramento geral das condições de sanidade.

São estes os pontos, que lhe garantem uma certa autoridade e induzem à adesão.

A segurança comunitária é totalmente da responsabilidade da ASSOTSI, que recruta e treina os seus membros, em coordenação com as forças de defesa e segurança da cidade de Maputo. Presentemente, o Comandante das forças de segurança comunitária, é coincidentemente o Presidente da Comissão Executiva da ASSOTSI (por inerência da sua formação anterior em matéria de segurança e defesa e não por força dos estatutos).

Refira-se que estas forças de segurança são constituídas por indivíduos de ambos os sexos⁶.

5 O papel do Comité das Mulheres

Conforme já referido, as mulheres fizeram parte dos primeiros grupos que dinamizaram a criação e o desenvolvimento do sector informal do comércio.

Tendo iniciado as suas actividades de comércio informal para suprir a grande crise alimentar que afectou o país e particularmente a cidade de Maputo na década de 80, os efeitos das reformas económicas de meados da mesma década levaram um número cada vez maior de mulheres a engrossar este sector.

⁵ Os artigos 38 e 39 dos estatutos da ASSOTSI prevêm a relação entre esta associação e os sindicatos.

⁶ Seria interessante vir a avaliar o impacto que a inclusão de indivíduos de sexos diferentes neste sector representa numa eventual transformação das relações de género nas famílias e no seio da própria Associação.

Desafiando uma sociedade androcriticamente dominada, para poder sobreviver, hoje a mulher não está apenas ligada a actividades do pequeno comércio retalhista de bens alimentares e vestuário, mas abarca outras áreas mais diversificadas, nomeadamente o comércio interprovincial e transfronteiriço.

O seu envolvimento nos negócios, que a obrigou a passar a maior parte do tempo fora do espaço do lar, tradicionalmente reservado à mulher, e o facto de em muitas famílias, o maior rendimento económico ser garantido pela mulher, trouxe consigo vários problemas de carácter familiar e social, que envolvem relações de poder e alterações nas formas de relação de género.

A forma como a sociedade avalia o trabalho da mulher fora do lar, e a sua necessidade de negociar, tomar decisões e assumir um contacto com o público, no âmbito das suas actividades profissionais, passou também a constituir uma preocupação da ASSOTSI e do conjunto dos operadores e trabalhadores do sector informal.

Depois de várias discussões, as primeiras medidas assumidas pela Associação visavam moralizar a sociedade e impôr regras para o respeito da mulher em primeiro lugar, e dentro do mercado em geral. Deste modo, os regulamentos estabelecidos pela ASSOTSI e reforçados com o apoio do Comité das Mulheres, impõem à mulher uma determinada postura no trato com os clientes, e na forma de trajar (obrigação de utilização de batas, não permissão de utilização de roupas decotadas, curtas e sem mangas, entre outras), e, do mesmo modo, exigem o respeito mútuo entre os operadores e trabalhadores e entre estes e os seus clientes, independentemente do sexo.

A violação destes regulamentos é punida, indo até à expulsão e proibição de utilização do espaço do mercado para o exercício das suas actividades.

Consciente da situação social da mulher e do seu peso no sistema informal, a ASSOTSI discutiu a necessidade de criar um Comité da Mulher dentro da Associação, que tem em vista tratar de problemas específicos que se prendem com a sua condição feminina. Com uma direcção eleita em Abril do corrente ano, este Comité está em fase de organização nos mercados, preocupando-se com a discussão dos problemas mais candentes que afectam a vida profissional e social das mulheres.

Embora de vida efémera, as suas actividades já se fazem sentir, tendo em alguns casos passado do aconselhamento a programas educacionais, como é por exemplo a preocupação de educar as mulheres sobre o perigo e riscos do HIV/SIDA, formas de protecção e aconselhamento.

O desenvolvimento das actividades deste Comité poderão representar um passo importante no futuro da ASSOTSI, se ele for capaz de responder às

preocupações reais das mulheres. As relações de parceria estabelecidas entre esta associação e o Sindicato Nacional dos Trabalhadores Moçambicanos, dá-lhe à partida uma situação de parceiro privilegiado junto da COMUTRA, de quem recebe apoio na área de formação, troca de experiências a nível nacional e internacional, e advocacia e aconselhamento.

Para além dos Comitês de Mulheres existentes no seio da ASSOTSI (anível central e local – Núcleos de Base), há mercados onde os Núcleos de Base são também liderados por mulheres experientes e respeitadas.

O que ficou por responder, foi o significado real do seu trabalho em termos de uma eventual mudança nas relações de género no seio da família e a nível dos mercados, que mereceria um trabalho de investigação mais profundo.

6 Pontos Fortes e Fracos

Como pontos fortes da existência e funcionamento da ASSOTSI, identificámos os seguintes:

- i) Maior segurança dos agentes informais no exercício das suas actividades, porque representados pela ASSOTSI na discussão dos seus interesses junto do Governo ou de outras entidades públicas ou privadas;
- ii) Segurança física dos associados e dos seus bens nos mercados onde exercem as suas actividades, e onde operam as forças de segurança comunitárias organizadas pela ASSOTSI;
- iii) Desenvolvimento de formas de organização e comportamentos obrigatórios no seio dos operadores, trabalhadores e utentes do mercado;
- iv) Segurança para os trabalhadores dos mercados na sua relação com os empregadores, uma vez que a ASSOTSI funciona como primeira instância de recurso para a solução de problemas laborais;
- v) Melhorias graduais nas condições de trabalho em alguns mercados, nomeadamente no que se refere ao acesso aos equipamentos sociais: água corrente, electricidade, sanitários públicos e bancas protegidas contra o sol e a chuva;

Como pontos fracos foi possível identificar:

- i) Deficiente sistema de gestão administrativo-financeira da Associação a vários níveis;
- ii) Um trabalho ainda incipiente de mobilização de membros para a associação;
- iii) Uma ligação pouco efectiva entre a direcção executiva da associação e os núcleos de base;
- iv) Falta de regulamentos internos de funcionamento;

- v) Dificuldades de relacionamento efectivo entre a associação e o Município, devido à inexistência de uma assessoria na área do direito do trabalho, assessorias técnicas e advocacia que possam apoiar a direcção e encontrar soluções para os problemas dos seus associados, pese embora um esforço para melhorar esta interacção;
- vi) Falta de capacidade para angariação de fundos que lhe permitam uma autosustentabilidade (o Anexo 3 contém, de forma mais desenvolvida, uma descrição ao nível dos recursos financeiros e capacidade de gestão da Associação).

7 Conclusões e Recomendações

As sociedades que emergem em ambiente urbano são marcadas por uma diversificação que leva ao desenvolvimento de uma segmentação e especialização em interesses sociais. Assim, a defesa desses mesmos interesses e as estratégias desenvolvidas para fazer face aos diversos problemas, passam muitas vezes pelo apelo às redes de solidariedade baseadas no parentesco, vizinhança, trabalho ou outro tipo de identidades sociais, tais como étnicas, religiosas e muitas outras, bem como pelo desenvolvimento de Associações de vários tipos, visando defender interesses comuns.

No quadro das condições estruturais e de oportunidades económicas que geram situações de pobreza, privação, exclusão e vulnerabilidade, os membros da comunidade são obrigados a recorrer às suas redes sociais (formais ou informais), que jogam não só um papel importante na resolução de problemas imediatos, como por exemplo a procura de emprego ou alojamento, e a mais longo termo, como estratégias económicas de sobrevivência, mas jogam também um papel vital ao estabelecer outro tipo de apoios que ultrapassam o campo financeiro e moral e que entram em outros aspectos da exclusão social, quando ajudam a reconstruir a auto-estima, a dignidade e o respeito por si próprios e pelos outros.

As iniciativas locais geradas nos mercados informais, quer as mais tradicionais como os grupos de poupança, quer as que levaram os trabalhadores a juntarem as suas forças e ideias para defender os seus interesses, estão na base das iniciativas que levaram à emergência da ASSOTSI. Muito embora entre os objectivos da ASSOTSI conste o desenvolvimento de acções de solidariedade no seio dos trabalhadores e operadores do sector informal, o grau de organização da Associação não permite ainda quer tirar partido de iniciativas que fazem parte destas tradições seculares de práticas de solidariedade da mais diversa índole, quer ainda dispôr de montantes financeiros para apoiar o desenvolvimento dessas iniciativas, particularmente durante momentos de crise. Deste modo, formas de poupança como o “xitique”, o desencadeamento de cadeias de solidariedade ou o accionar de redes de solidariedade em momentos

de crise, são ainda apenas o produto de acções separadas e independentes do funcionamento da Associação.

Tendo em conta a indefinição do quadro legal do sector informal, o seu futuro depende não só da pressão que a ASSOTSI pode vir a desempenhar junto do Governo e de outras organizações para defender os interesses dos agentes deste sector, mas das políticas que o Governo vier a tomar, relativas à economia informal. As medidas até agora assumidas pelas autoridades municipais, no que respeita a esta área, apresentam-se como soluções temporárias. Desde a sua criação, o esforço da ASSOTSI tem sido mais direccionado na promoção e defesa dos direitos dos operadores e trabalhadores do sector informal, perante o Estado e outras instituições, e na tentativa de melhoria das suas condições de trabalho e de vida. Parece ser importante reforçar o papel desempenhado pela ASSOTSI na relação entre os mercados informais e o Conselho Municipal da cidade de Maputo, através da vereação para a área dos mercados em primeiro lugar, e através das direcções da cidade para as áreas do comércio e da saúde.

As mulheres fazem parte dos primeiros grupos que dinamizaram a criação e o desenvolvimento do sector informal, e continuam a representar a maior população de indivíduos que operam neste sector. O Comité da Mulher criado no seio da ASSOTSI e com inserção a partir dos Núcleos de Base existentes nos mercados, poderá representar um passo importante no futuro desta organização, se ele for capaz de responder às preocupações reais das mulheres.

Dadas as circunstâncias que acabamos de referir, uma Associação com as características da ASSOTSI tem um papel importante a desempenhar na defesa dos interesses do sector informal da economia, devendo no entanto associar-se a outras organizações ou instituições que possam apoiá-la através de assessorias técnicas, advocacia, e na formação dos seus quadros. Também é fundamental que se criem as condições para a introdução de um sistema administrativo-financeiro claro e transparente. As parcerias já existentes entre a associação e a OTM-Central Sindical, onde a valorização das iniciativas locais existentes nos mercados acabaram por dinamizar a promoção de uma organização autónoma, são um ponto de partida válido para outras experiências idênticas.

O balanço geral da criação e funcionamento da ASSOTSI, mostra-nos a existência de pontos fracos que são característicos de uma organização recém-criada, onde a dinâmica da sua direcção não é suficiente para as eliminar, se não forem feitas as devidas correcções e reforçados os seus pontos mais fortes.

Para melhorar o impacto da ASSOTI, as nossas recomendações dirigem-se à necessidade de implementar rotinas organizativas e introduzir um sistema de gestão transparente e eficiente, para além de outras actividades que servirão para influenciar os decisores de políticas e defender os interesses dos membros da Associação através de actividades de assessoria e advocacia.

Assim recomendamos:

- Formação dos membros executivos da associação, e seus funcionários nas área de administração, gestão e liderança, aos níveis central e dos núcleos de base;
- Formação dos membros executivos aos níveis central e dos núcleos de base, sobre legislação vigente, respeitante à sua área de trabalho, e uma reciclagem permanente relativa às posturas camarárias;
- Reforço do trabalho de mobilização e angariação de novos membros;
- Garantir a extensão da Força de Segurança Comunitária a todos os mercados onde a ASSOTSI tem uma inserção;
- Tornar mais efectivo o trabalho com vista a melhorar as condições de sanidade dos mercados onde a ASSOTSI está inserida, particularmente no que diz respeito à água corrente, sanitários públicos e saneamento do meio;
- Reforço da articulação entre os Núcleos de Base e outros órgãos que funcionam nos mercados, como os fiscais, a polícia camarária, e os chefes dos mercados, para um melhor exercício das suas actividades;
- Ligação mais efectiva entre a direcção executiva da ASSOTSI, o Município e a Assembleia Municipal;
- Trabalho com outras organizações afins com vista a obter apoio em assessoria e advocacia em áreas ligadas ao direito do trabalho, outros aspectos legais, e áreas técnicas relativas ao exercício das suas actividades como representantes do sector informal;
- Trabalho com outras organizações ou doadores que possam apoiar o financiamento dos seus programas de actividades, e início de outros programas que levem à sua autosustentabilidade gradual.

A relação estabelecida entre os comerciantes informais, a ASSOTSI e o Sindicato (OTM-Central Sindical) mostram-nos: i) que a promoção da autonomia, participação e da responsabilização, quando partem de uma base de confiança são aspectos fundamentais para o desenvolvimento de iniciativas, desde que acompanhadas com o apoio necessário ao reforço da sua capacidade nomeadamente organizativa, ii) pode ser estendida de forma gradual a outros pontos do país e a outros sectores com os quais os sindicatos têm ou podem vir a ter parcerias, e iii) pode ser ajustada a contextos apropriados em outros países com situações semelhantes.

8 Postfácio

Como resultado de um processo de rápidas mudanças económicas, políticas e sociais porque Moçambique passou, entre a altura da elaboração deste estudo e a sua publicação (2001-2005), a luta dos trabalhadores dos designados mercados informais da cidade de Maputo e o papel da ASSOTSI, sofreram algumas transformações.

Hoje, o movimento associativo tem que fazer face a outros desafios e as suas estratégias de trabalho têm que ser alteradas tendo em conta a sua relação com o Estado, com o mercado, e com os seus membros. Se é verdade que num período de quase quatro anos, nasceram e/ou cresceram outras associações no seio dos «mercados informais» da cidade de Maputo, também é necessário considerar que os níveis de exclusão social aumentaram significativamente.

Porque e a ASSOTSI pode ser considerada pioneira no tipo de actividades e grupo alvo que pretendia atingir, e porque muitas das estratégias de sobrevivência referidas neste estudo continuam ainda a ser utilizadas na cidade de Maputo como em outros países africanos, o estudo continua ainda a ter actualidade, que ficaria enriquecida com a análise da situação actual e da inserção das associações que operam no mesmo meio ambiente.

9 Bibliografia

- Appadurai, A. (1999). "Globalization and the research imagination". *International Social Science Journal* (160), 1999, 229-138.
- Araújo, Manuel (1990), "Migrações Internas e o Processo de Urbanização". In: Direcção Nacional de Estatística, *Dinâmica Demográfica e Processos Económicos e Sociais*. Maputo, Comissão Nacional do Plano, 72-89.
- Bowen, Nina. (1998). *Notas Preliminares sobre Vendedores Ambulantes na Província da Zambézia*. Maputo, Novembro (mimeo).
- Bowen, Nina (2000). *Traders and Livelihood Startegies in Post-Conflict Zambezia Province, Mozambique*. Tese de Doutoramento. London School of Economics and Political Science.
- Cimeira Nacional para o Desenvolvimento Social, Copenhagem, 5-12 de Março de 1995. *Relatório Nacional de Moçambique, sobre o Desenvolvimento Social*. Maputo, 1995,
- Cruz e Silva, Teresa, et al.(1998), *Carências Sociais na Periferia da Cidade de Maputo: os casos de Chamanculo, Albasini e Zimpeto*. Relatório de Trabalho. Maputo (mimeo).
- Cruz e Silva, Teresa (2000). "As Redes de Solidariedade como Intervenientes na Resolução de Litígios: o caso da Mafalala" In: Santos, B.S. et al (2000) *Conflito e Transformação social : uma paisagem das justiças em Moçambique*. Relatório de pesquisa, Maputo/Coimbra, (mimeo).
- Francisco, A.(2000). "Reestruturação Económica e Desenvolvimento de Moçambique". In: Santos, B.S. et al (2000) *Conflito e Transformação social : uma paisagem das justiças em Moçambique*. Relatório de pesquisa, Maputo/Coimbra, 7.1-7.64.(mimeo)
- Giddens, A.(1998) *As Consequências da Modernidade*. Lisboa, Celta Editora. 4a. ed.
- Ministério do Plano e Finanças, Direcção Nacional de Estatística-Gabinete Central de Recenseamento (1996), *Contribuição para a definição do conceito "urbano" para o Censo de População de 1997 em Moçambique*. Maputo.
- Ministry of Planning and Finance (1998), *Umdersstanding Poverty and Well-Being in Mozambique, the first National Assessment (1996-97)*. Maputo.

MOA/MSU *O Estudo do Mercado em Maputo: observações metodológicas*. Relatório Preliminar de pesquisa, no. 9P. Maputo, 1 de Junho de 1993.

PNUD (1998) *Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano de Moçambique*. Maputo.

PNUD (1999) *Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano de Moçambique*. Maputo.

PNUD (2000) *Relatório do Desenvolvimento Humano de Moçambique*. Maputo.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1998) “ A Reinvenção Solidária e Participativa do Estado”. Texto apresentado no *Congresso sobre A Sociedade e a Reforma do Estado*. São Paulo: Marco de 1998.

Sogge, David (1997), “ O Sector Civil”. In: Sogge, David (org) *Moçambique: Perspectivas sobre a ajuda e o sector civil*. Amsterdam: Frans Beijaard. 43-76.

10 Anexos

Anexo 1 – Lista de organizações e indivíduos contactados

1- Organização dos Trabalhadores de Moçambique (OTM)

1.1- Comité Nacional da Mulher Trabalhadora (COMUTRA)

- Cesta Chiteleca (Coordenadora Nacional). Maputo

2- Associação dos Operadores e Trabalhadores de Sector Informal (ASSOTSI)

- Ramos Vasconcelos Marrengula- Presidente,
- Jacinto Manjaze- Vice-Presidente,

3- Mercado Museu (Josina Machel)

- Esperança Tembe , chefe do núcleo de base do mercado,
- Bernardo Luís: núcleo de base do mercado,
- L. Mungwambe: núcleo de base do mercado,
- Teresa A. Mandlate: membro da Assotsi (com cartão)
- Júlio Bernardo; memebro da Assotsi (sem cartão de membro),

4- Mercado Malhangalene (4 de Outubro)

- Deolinda Matimbe núcleo de base do mercado
- A. Amália, vendedeira, não é membro da ASSOTSI,

5- Mercado Nkakana (16 de Junho)

- Mário Sendane, chefe do núcleo do mercado,
- Elizabeth Lopes, responsável pelo Comité das Mulheres no núcleo do mercado
- Rosita Mucavele, membro da Assotsi,
- Manuel M, membro da ASSOTSI,

6- Mercado Chikelene (Praça dos Combatentes)

- Ana Matilde, responsável pelo Comité das Mulheres no núcleo do mercado
- Verónica Fundzana, membro da ASSOTSI
- Fátima Bila, membro da Assotsi

Anexo 2:

**ASSOCIAÇÃO DOS OPERADORES E
TRABALHADORES DO SECTOR INFORMAL
DA CIDADE DE MAPUTO**

(ASSOTSI)

ESTATUTOS

Maputo, Abril de 1999

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Gabinete do Ministro

DESPACHO

Um grupo de cidadãos da "ASSOCIAÇÃO DOS OPERADORES TRABALHADORES DO SECTOR INFORMAL-ASSOTSI", requereu ao Ministério da Justiça o seu reconhecimento como pessoa jurídica, juntando ao pedido os estatutos da constituição.

Apreciados os estatutos entregues, verificou-se que se trata de uma Associação que prossegue fins lícitos, determinados e legalmente possíveis e que o acto da constituição e os estatutos da mesma cumprem o seu reconhecimento.

Nestes termos e no disposto no n° 1 do artigo 5 da Lei n°8/91, de 19 de Julho, e artigo 1 do Decreto n°21/91, de 3 de Outubro, vai reconhecida como pessoa jurídica, "ASSOCIAÇÃO DOS OPERADORES TRABALHADORES DO SECTOR INFORMAL - ASSOTSI".-

Maputo, aos 15 de Março de 2001

O MINISTRO DA JUSTIÇA

JOSÉ IBRAIMO ABUDO

*Avenida Julius Nyerere,33, MAPUTO - Telefones 492339/491613/497283 - Fax:
494264/496398*

CAPITULO I

DEPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 1 (DEFINIÇÃO E NATUREZA)

1 - A Associação dos Operadores e Trabalhadores do Sector Informal, adiante designada por "**ASSOTSI**", é uma pessoa colectiva de direito privado, dotada de personalidade jurídica e autonomia administrativa, patrimonial e financeira, constituída nos termos da lei e apresentando-se como uma organização de carácter associativo.

2 - A **ASSOTSI** rege-se pelas normas do presente estatuto e demais legislação aplicável.

3 - A **ASSOTSI** não prossegue fins lucrativos.

ARTIGO 2

(SEDE)

A **ASSOTSI** tem a sua sede na Cidade de Maputo, podendo abrir delegações ou outras formas de representação em todo o território Nacional.

ARTIGO 3

(ÂMBITO)

A **ASSOTSI** numa primeira fase circunscrever-se-à apenas na Cidade de Maputo, podendo vir a ter uma abrangência Nacional.

ARTICO 4

(DURAÇÃO)

A **ASSOTSI** é constituída por tempo indeterminado, contando-se o seu início a partir da data do seu reconhecimento legal.

ARTIGO 5

(OBJECTIVOS)

A **ASSOTSI** tem os seguintes objectivos:

- a) Promover a unidade no seio dos Operadores e Trabalhadores do Sector Informal:
- b) Promover e defender os direitos e interesses dos Operadores e Trabalhadores do Sector Informal para a melhoria das suas condições de trabalho e de vida,
- c) Contribuir para a organização do sector informal, e para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à sociedade;
- d) Encorajar os operadores e trabalhadores do sector informal e a realização de investimentos que concorrem para a sua inserção no sector formal;
- e) Promover a elevação do nível cultural técnico-profissional dos Operadores e Trabalhadores do Sector Informal,
- f) Desenvolver a solidariedade e interação seio dos trabalhadores e Operadores do Sector Informal;
- g) Representar os Operadores do Trabalhadores do Sector Informal perante instituições do Estado e assim como privadas

CAPITULO II

DOS ASSOCIADOS

ARTIGO 6

(CATEGORIA DE MEMBROS)

I - Os membros da **ASSOTSI** classificam-se em:

- a) Membros fundadores;**
- b) Membros efectivos;**
- c) Membros honorários;**
- d) Membros beneméritos.**

2. São membros fundadores os Outorgantes do pedido de reconhecimento legal da **ASSOTSI**.

3. São membros efectivos os seguintes:

a) Os Operadores de Sector Informal oriundos de todos os ramos de actividades, designadamente:

- **Comércio**
- **Pequena Indústria**
- **Prestação de serviços**

b) Os trabalhadores assalariados que desenvolvem actividades profissionais no sector informal .

4 - São membros honorários as entidades ou pessoas colectivas que, mesmo não operando ou trabalhando no sector associativo do sector informal e na promoção e defesa dos interesses dos operadores e trabalhadores do sector.

5 - São sócios beneméritos as entidades ou pessoas colectivas que directa e permanentemente contribuem material e financeiramente para a associação.

ARTIGO 7

(REQUISITOS)

1 - Podem adquirir a qualidade de membro efectivo os operadores e trabalhadores do sector informal que:

a) Aceitam os estatutos e programas da **ASSOTSI** estejam dispostos a participar na sua implementação e desenvolvimento;

2 - A qualidade de membros benemérito e honorários é atribuída pela Assembleia Geral na base do disposto nos números 3 e 4 do artigo anterior.

ARTIGO 8

(ADMISSÃO)

A admissão de membros compete ao Conselho Directivo mediante requerimento feito pelo interessado, dirigido ao Presidente da Associação.

CAPITULO III

PERDA DE QUALIDADE DE MEMBRO

ARTIGO 9

(FUNDAMENTO)

1 - A qualidade de membro perde-se por:

- a) Não cumprimento dos deveres de membro;
- b) Falta de pagamento de quotas por um período superior a seis meses consecutivos;
- c) Prática de acção dolosa que prejudiquem, impeçam ou perturbam o bom exercício das funções da **ASSOTSI**
- d) Declarações expressas de vontade em exonerar-se da qualidade de membro

2- Compete à Direção Executiva deliberar sobre a perda da qualidade de membro estando esta sujeita à ratificação da Assembleia Geral.

CAPITULO IV

DOS DIREITOS E DEVERES

ARTIGO 10

(DOS DIREITOS DOS ASSOCIADOS)

Os associados da **ASSOTSI** gozam dos seguintes direitos:

- a) Participar das actividades e apenas opiniões sobre todos os assuntos ligados a vida interna da Associação;
- b) Ser representado pela **ASSOTSI** perante o Governo e outras instituições oficiais na solução dos problemas ligados a actividades do sector informal ;
- c) Beneficiar dos serviços e assistência prestadas pela **ASSOTSI**;
- d) Beneficiar dos programas de formação técnico-profissional de programas culturais, desportivos, recreativos e outras actividades que sejam realizados pela **ASSOTSI**
- e) Eleger e ser eleito para os órgãos Directivos da **ASSOTSI**,
- f) Apresentar aos órgãos Directivos da **ASSOTSI** reclamações e queixas quando considerar que os seus direitos de associados foram violados;

- g) Expressar livremente no seio dos órgãos as suas críticas e observações sobre o desempenho das actividades estabelecidas no programa de funcionamento dos corpos directivos.

ARTIGO 11

(DEVERES DOS ASSOCIADOS)

Os associados da **ASSOTSI** têm os seguintes deveres:

- a) Respeitar e aplicar os estatutos da Associação e participar activamente na materialização das suas tarefas e objectivos ;
- b) Exercer com zelo e competência os cargos de Direcção para os quais seja eleito;
- c) Respeitar e aplicar as decisões dos órgãos superiores da **ASSOTSI**;
- d) Promover e desenvolver o espirito de unidade e de solidariedade no seio da **ASSOTSI**;
- e) Pagar regularmente as quotas de Associado da **ASSOTSI**;

CAPITULO V

ARTIGO 12

(DOS ORGÃOS SOCIAIS)

São órgãos da **ASSOTSI** os seguintes:

- a) **A Assembleia Geral;**
- b) **O Conselho Directivo;**
- c) **A Direcção Executiva;**
- d) **O Conselho Fiscal.**

ARTIGO 13

(ASSEMBLEIA GERAL)

1 - A Assembleia Geral é um órgão máximo da **ASSOTSI**

2- A Assembleia Geral reúne-se ordinariamente 1 (uma) vez por ano e extraordinariamente por convocação da mesa da Assembleia Geral e de mais órgãos competentes.

3 - As decisões da Assembleia Geral são de cumprimento obrigatório para os associados e demais organismos da **ASSOTSI**

ARTIGO 14

(REUNIÕES DA ASSEMBLEIA GERAL)

1- Na Assembleia Geral participam os membros eleitos pela, Assembleia de base da **ASSOTSI**, os membros do Conselho Directivo e da Direcção Executiva, e é presidida por uma mesa da Assembleia eleita para o efeito.

ARTIGO 15

(COMPOSIÇÃO DA MESA)

A mesa da Assembleia é composta da seguinte maneira:

- a) **1 Presidente**
- b) **2 Vice-Presidentes.**

ARTIGO 16

(MANDATO)

O mandato da mesa da Assembleia é de 2 (dois) anos.

ARTIGO 17

(REGIME APLICÁVEL)

Os trabalhos da Assembleia Geral serão dirigidos na base de um regimento que será estabelecido pela própria Assembleia no início dos trabalhos

ARTIGO 18

(COMPETÊNCIA DA ASSEMBLEIA GERAL)

A Assembleia Geral da **ASSOTSI** tem a competência de:

- a) Analisar e aprovar o relatório do Conselho Directivo;
- b) Analisar e aprovar o relatório de contas do biénio;
- c) Traçar as estratégias para organização, funcionamento e acção da **ASSOTSI**;
- d) Deliberar sobre os estatutos e programa da **ASSOTSI**;
- e) Formalizar a eleição dos membros do Conselho Directivo;
- f) Eleger o Presidente da **ASSOTSI**
- g) Decidir sobre a dissolução da **ASSOTSI** bem como o destino a dar ao seu património;
- h) Sobre aprovação do regulamento

ARTIGO 19

(CONSELHO DIRECTIVO)

1 - Conselho Directivo é um órgão intermediário que opera no intervalo entre as reuniões da Assembleia Geral

2 - O Conselho Directivo é composto pelos representantes de todas as estruturas de base da Cidade de Maputo, sendo a representação estabelecida de 1 a 3 membros conforme o número de associados enquadrados.

3 - O Conselho Directivo reúne-se ordinariamente de 6 em 6 meses e extraordinariamente por iniciativa da Direcção Executiva ou a pedido de 2/3 dos seus Associados.

ARTIGO 20

(COMPETÊNCIA DO CONSELHO DIRECTIVO)

O Conselho Directivo tem a competência de:

- a) Estabelecer os programas anuais de acção e os respectivos orçamentos de receitas e despesas;
- b) Analisar e aprovar os relatórios de actividades e de contas de Direcção Executiva;

- c) Definir as estratégias para a materialização das decisões e resoluções da Assembleia Geral;
- d) Aprovar directivas específicas para a resolução da aplicação de disposições estatutárias que para isso tenham necessidade;
- e) Deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral;
- f) Aprovar a directiva eleitoral.
- g) Apresentar à Assembleia Geral propostas de revisão dos estatutos e do programa;
- h) Decidir sobre a atribuição da qualidade de Associado honorário e associado benemérito;
- i) Decidir sobre o preenchimento de vagas que se verificarem no seu seio.

ARTIGO 21

(DIRECÇÃO EXECUTIVA)

1 - A Direcção Executiva é a estrutura responsável pela supervisão e realização das tarefas da **ASSOTSI**.

2 - A Direcção Execuliva é composta por 3 membros;

1 Presidente;

2 Vice Presidentes;

3 - A Direcção Executiva presta contas ao **Conselho Directivo**

ARTIGO 22

(COMPETÊNCIA DA DIRECÇÃO EXECUTIVA)

São competências da Direcção Executiva:

- a) Materializar as decisões e resoluções do Conselho Directivo e da Assembleia Geral,
- b) Materializar os programas e planos orçamentais aprovados pela **ASSOTSI** e assegurar a gestão e administração quotidiana da Associação;

c)Assegurar a aplicação das disposições estatutárias e o envolvimento dos Associados nas actividades em geral da **ASSOTSI**.

d)Orientar e supervisionar o funcionamento das estruturas executivas da **ASSOTSI**.

ARTIGO 23

(COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DO PRESIDENTE)

a)Convocar e dirigir as reuniões da Direcção Executiva;

b)Convocar e presidir as sessões do Conselho Directivo;

c)Distribuir tarefas aos membros da Direcção Executiva e supervisionar o seu cumprimento;

d)Fazer as nomeações para os cargos que sejam estabelecidos na estrutura Executiva;

e)Representar a **ASSOTSI** perante o Governo e outras *instituições* da sociedade civil;

f) Orientar as actividades, a gestão e administração quotidianas da **ASSOTSI** em conformidade com os princípios estabelecidos nos estatutos e Directivas específicas.

i) Apresentar ao Conselho Directivo os relatórios das actividades, e da gestão financeira e administrativa

ARTIGO 24

(CONSELHO FISCAL)

1 - O Conselho Fiscal é o órgão fiscalizador da aplicação dos princípios da **ASSOTSI** consagrados nos estatutos, nos programas Directivos e regulamentos estabelecidos pelos órgãos.

2 - O Conselho Fiscal é composto por 3 membros, sendo 1 (um) Secretário e 2 (dois) Vogais.

ARTIGO 25

(COMPETÊNCIA DO CONSELHO FISCAL)

- a) Acompanhar e fiscalizar a aplicação dos estatutos, Directivas e Regulamentos da **ASSOTSI**, alterar e aconselhar a Direcção Executiva quando considerar que existem violações;
- b) Fazer a gestão financeira e patrimonial da **ASSOTSI** e apresentar ao Conselho Directivo pareceres sobre os balanços financeiros;
- c) Analizar e dar parecer sobre as reclamações e queixas dos Associados.

ARTIGO 26

(COMPETÊNCIA DO SECRETÁRIO DO CONSELHO FISCAL)

- a) Convocar e presidir as reuniões do Conselho Fiscal;
- b) Dirigir todas as actividades inerentes às competências do Conselho Fiscal;
- c) Comunicar regularmente os relatórios do trabalho que realiza.

ARTIGO 27

(SUBORDINAÇÃO DO CONSELHO FISCAL)

- 1 – O Conselho Fiscal presta contas ao Conselho Directivo
- 2 – No desempenho das suas funções, o secretário do Conselho Fiscal articula com o Presidente da **ASSOTSI**;
- 3 – A Direcção Executiva fornece ao Conselho Fiscal toda a informação que seja solicitada para o bom desempenho no cumprimento das suas obrigações.

ARTIGO 28

(NÚCLEO DE BASE)

- 1 – Os núcleos de base da **ASSOTSI** criam-se ao nível dos centros de concentração dos Operadores e Trabalhadores do sector Informal;
- 2 – Os núcleos de base congregam os Associados inscritos no centro de concentração e na zona periférica do mesmo.

ARTIGO 29

(ESTRUTURA DOS NÚCLEOS DE BASE)

Os núcleos de base tem a seguinte estrutura orgânica:

a) **Assembleia Geral do núcleo;**

b) **Secretariado do núcleo;**

1 - O mandato dos núcleos de base da **ASSOTSI** é de 2 (dois) anos.

ARTIGO 30

(ASSEMBLEIA GERAL DE NÚCLEO DE BASE)

1 - A Assembleia Geral do núcleo é o órgão máximo da **ASSOTSI** ao nível do centro de concentração dos operadores e trabalhadores do sector informal.

2 - A Assembleia Geral do núcleo congrega todos os operadores e trabalhadores do sector informal que sejam associados da **ASSOTSI**.

3 - A Assembleia Geral reúne-se ordinariamente de 3 em 3 meses e extraordinariamente por iniciativa do Secretariado ou a pedido expresso de pelo menos 1/3 dos associados da **ASSOTSI**.

ARTIGO 31

(COMPETÊNCIAS DA ASSEMBLEIA GERAL DO NÚCLEO)

A Assembleia Geral do núcleo da base da ASSOTSI tem a competência de:

- a) Estabelecer o programa de acção do núcleo em conformidade com as directivas emanadas superiormente;
- b) Aprovar o orçamento para assegurar o cumprimento do programa;
- c) Analisar o relatório das actividades do Secretariado, bem como balanço financeiro;
- d) Eleger o Secretariado do núcleo.

ARTIGO 32

(SECRETARIADO DO NÚCLEO DE BASE)

1. O Secretariado do Núcleo é a estrutura executiva da ASSOTSI ao nível da base;
2. O Secretariado é composto por 5 membros sendo um Secretário e 4 assistentes;

ARTIGO 33

(COMPETÊNCIAS DO SECRETARIADO)

O Secretariado do Núcleo tem competência de:

- a) Materializar o programa de acção aprovado pela Assembleia Geral do Núcleo de base, assegurar a realização das tarefas definidas pelos órgãos superiores;
- b) Orientar e supervisionar a actividade do Núcleo
- c) Assegurar a recolha, canalização e gestão e outras contribuições dos Associados de conformidade com as normas estabelecidas;
- d) Mobilizar os operadores e trabalhadores do sector informal para se filiarem na **ASSOTSI**;
- e) Organizar os processos de filiação e distribuir os cartões de Associados aos filiados;
- f) Representar os operadores e trabalhadores do sector informal ao nível da zona de concentração;
- g) Intormar regularmente à Direcção Executiva sobre as actividades em curso, sobre a situação financeira e sobre os problemas que os operadores e trabalhadores do sector informal.

ARTIGO 34

(COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DO SECRETARIADO DO NÚCLEO)

O Secretariado do Núcleo tem a competência de:

- a) Convocar e dirigir as reuniões do Secretariado;
- b) Distribuir tarefas aos membros do Secretariado e supervisionar a sua realização;
- c) Orientar e controlar a actividade da **ASSOTSI** ao nível do centro de concentração;
- d) Assegurar a aplicação ao nível da sua área de actuação dos estatutos, programa e orientações estabelecidas superiormente;
- e) Assegurar uma correcta gestão e canalização das quotas e contribuições em conformidade com as normas em vigor;
- f) Representar a **ASSOTSI** ao nível do centro de concentração a que está afecto.

ARTIGO 35

(PROVENIÊNCIA DOS FUNDOS)

1- Os fundos da **ASSOTSI** provêm:

- a) Da quotização dos Associados;
- b) De donativos e contribuições que lhe sejam destinadas;
- c) Das actividades de angariação de fundos;

2. Os fundos da **ASSOTSI** destinam-se à cobertura de despesas de funcionamento e implementação do programa de acção.

3. Os Secretariados dos núcleos de base e a Direcção Executiva prestam contas sobre a gestão financeira aos respectivos eleitorados e aos órgãos superiores.

4. Os membros da **ASSOTSI** devem ser regularmente informados sobre a situação Financeira da Associação.

ARTIGO 36

(DISSOLUÇÃO DA ASSOTSI)

A Deliberação para a dissolução da **ASSOTSI** deve ser por uma maioria qualificada (3/4) de votos dos Associados presentes

CAPITULO V

SÍMBOLOS

ARTIGO 37 (SIMBOLOS)

1. Os simbolos da ASSOTSI são:

- a) A Bandeira;**
- b) O Emblema**

CAPITULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 38

(REGIME TRANSITÓRIO DA ASSOTSI)

A **ASSOTSI** estabelece-se em regime de transição em que o objectivo é a constituição do sindicato dos operadores e trabalhadores do sector informal.

ARTIGO 39

(PARTICIPAÇÃO NA OTM-CS)

A **ASSOTSI** reconhece a organização dos trabalhadores de Moçambique Central Sindical (OTM-CS) como catalizadora e investidora da criação da Associação, e participa no quadro da unidade do movimento Sindical, na prossecução dos seus objectos.

Maputo, Abril de 1999

Anexo 4 : Ficha de Membro da ASSOTSI

**ASSOCIAÇÃO DOS OPERADORES E TRABALHADORES DO SECTOR INFORMAL
DA CIDADE DE MAPUTO (ASSOTSI) FICHA DO SÓCIO.
DESIGNAR O ORGÃO LOCAL DA ASSOCIAÇÃO E O RESPECTIVO ENDEREÇO**

PROPOSTA PARA ADMISSÃO READMISSÃO ACTUALIZAÇÃO	AGRAFAR DUAS FOTOCÓPIAS E ESCREVER O NOME NO VERSO
NOME COMPLETO APELIDO MORADA DATA DE NASCIMENTO ____/____/19____ PROFISSÃO CATEGORIA TRABALHADOR (a) DE (a) DESDE ____/____/19____ FUNÇÃO HABILITAÇÕES LITERÁRIAS FILHO (a) DE E DE NACIONALIDADE NATURAL DE DISTRITO DE PROVINCIA DE ESTADO CIVIL BI N° EMITIDO PELO ARQUIVO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL DE AOS ____/____/19____	

AGREGADO FAMILIAR (CONJUGUE E FILHOS MENORES DE 18 ANOS)

NOME COMPLETO	GRAU PARENTESCO	DATA NASCIMENTO

SÓCIO N°

DECLARAÇÃO

Declaro a minha adesão aos princípios e objectivos desta Associação estatutariamente estabelecido e de
 Conformidade com o artigo comprometo pagar a minha quota de sócio estabelecido pela Associação

N° do cartão do Associado
 Emitido em ____/____/____
 Entregue em ____/____/____

Maputo ____/____/____
 Assinatura do sócio
 Assinatura da estrutura do local de trabalho

O PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO

Maputo ____/____/____

Anexo 5: Extractos da entrevista ao Presidente do Concelho Municipal da Cidade de Maputo, publicada no semanário “Domingo”, 17 de Junho de 2001 (pp.16-17).

Título do artigo: *Artur Canana, “FARTO” DOS PROBLEMAS DE MAPUTO, DESABAFA: Alguma coisa está errada entre nós e os munícipes*

Autores: Benjamim Wilson e Salomão António. pp. 16-18.

Domingo: A ocupação de espaços nobres pelos informais é um fenómeno que assistimos. Como é que o senhor reage a esta realidade?

Artur Canana: Eu já tentei batalhar para impor a ordem e disciplina. Mas lá está ... quando digo que **se calhar quem está errado somos nós** ... pois parece que a vontade das populações é essa. Um político dizia isso a propósito do lixo, mas eu não concordo com essa pessoa. O ponto é que o conceito que se tem de propriedade é distorcido. Quando a propriedade é comum, as pessoas pensam que é directamente de cada uma delas, quer dizer, cada um tem direito. Então, cada munícipe entende que é dele de uma maneira individual, e se lhe dá na cabeça ocupá-la, ocupa. Há um dirigente que me telefonou há dias a dizer que estávamos a pulverizar a lixeira enquanto vivem lá pessoas que podiam ficar intoxicadas. Na óptica dele, é que se devia arranjar casas e transferir as pessoas que lá vivem. Zanguei-me muito. Olha, propriedade municipal é um lugar não apropriado para alguém ir lá viver. Não só alguém entender que deve lá viver e vai ficar lá. Quer dizer, se nós queremos pulverizar temos que indemnizar as pessoas que lá vivem para podermos trabalhar. Eu não concordo com a ideia de que quem está errado somos nós, e a população está certa.

Domingo: Até que ponto as questões políticas impedem a tomada de medidas arrojadas contra os desmandos?

Artur Canana: Este é que é o problema. Nós temos o coração de sabão, o nosso coração é mole. Quando vamos tomar uma medida, há sempre alguém a sair com pena. Aquilo que é o conceito de propriedade é muito acentuado. Já dissemos que as pessoas que estão na lixeira não serão indemnizadas. Vão ter que sair, à semelhança das que estão nas barreiras da Malanga, junto à Avenida da OUA. Há pessoas que têm casas ali e exigem terreno e dinheiro, como condição para saírem. Já retirámos algumas casas e isso vai continuar. As medidas administrativas devem prevalecer. Não é ocupando infra-estruturas, espaços nobres reservados para determinados objectivos, que resolvemos os problemas.

Domingo: Por falar na Malanga, parece que há algumas dificuldades em transferir os vendedores grossistas que há anos ocupam o campo de futebol da quela zona ...

Artur Canana: A dificuldade é onde encontrarmos espaço. Fomos permitindo aquele tipo de comércio, até que cresceu daquela maneira. No passado, o comércio grossista era feito de mercado em mercado. O grossista encostava o

camião e os retalhistas compravam o produto. Mas hoje são os grossistas que ficam “acantonados” num sítio, para os retalhistas irem lá comprar e levar os artigos para os mercados. Tentamos fazer retornar o sistema antigo, só que os grossistas, esses, dizem que não. Em paralelo com a procura de espaço para acomodar os vendedores do Museu, Mandela e Estrela, também estamos a procurar um lugar para colocar os vendedores da Malanga.

(...)

Domingo: Senhor Presidente, um dos pontos da agenda do Conselho Municipal para este ano é a ampliação e modernização dos mercados municipais. Só que até agora ainda não se viu palha nenhuma nessa direcção ...

Artur Canana: A palha que se moveu ainda não é visível. No Mercado Janet começámos com a vedação. No dia 1 de Junho houve problemas lá, porque os vendedores insurgiram-se contra a colocação da vedação da parte frontal, do lado da Avenida Vladimir Lénine, e os trabalhos pararam durante algumas horas. Informaram-me e mandei para que a Polícia protegesse os trabalhadores, e só assim é que os trabalhos prosseguiram. Mas a modernização irá acontecer nos mercados de Xipamanine e do Bairro de Mavalane.

Domingo: No Xipamanine, as coisas parece que não correm bem

Artur Canana: Pois, no Xipamanine as pessoas que vendem lá não querem saber nada de modernização. São aquelas coisas em que a propriedade não é das pessoas que estão lá. A propriedade é municipal. Por isso, nós queremos pôr uma infra-estrutura moderna para servir os cidadãos que lá estão. Neste momento estamos a criar as condições técnicas, depois iremos lá falar com as pessoas.

Domingo: O comportamento da Polícia Municipal tem sido contestado, sobretudo no que se refere à sua actuação contra os vendedores de esquina e contra os chapeiros. Algum comentário?

Artur Canana: Sim, eu reconheço que tem havido excessos da parte da nossa Polícia, e isso não é a nossa recomendação. Também sei que por parte dos vendedores, tem havido renitência. Quando acontecem estas duas coisas, a recorrência da Polícia é a força. Então quando a polícia recorre à força, é que acontecem excessos, o que não está estabelecido. Nós vamos começar a reciclar todos os polícias municipais. Talvez aí melhoramos um pouco a postura policial. Também tentaremos inculcar em cada polícia o espírito de paciência, mas uma paciência com cuidado, porque senão.... Vamos ter polícias com coração de sabão.

(...)

Anexo 3

No que respeita aos recursos financeiros da ASSOTSI, prevê o artigo 35 dos seus estatutos, que os seus fundos provêm da quotização dos seus membros, donativos e contribuições que lhes sejam destinados, e outras actividades de angariação de fundos. Determina ainda que os financiamentos obtidos se destinam à cobertura de despesas de funcionamento e implementação de programas de acção, e que os secretários dos Núcleos de Base e a Direcção Executiva devem prestar contas das suas actividades quer aos órgãos superiores, quer à massa associativa.

Na base do trabalho realizado junto da Direcção Executiva da Associação e nos mercados que constituíram o nosso estudo de caso, foi-nos possível fazer as seguintes observações:

i) Sendo uma associação recentemente criada, a ASSOTSI enfrenta ainda alguns problemas de organização administrativa e de gestão. Deste modo, para além dos fundos colectados através do pagamento das taxas diárias nos mercados (que nalguns casos como no Museu, são feitas num sistema mensal, ao valor de 10.000.00 mt/pessoa/mês), que servem para cobrir despesas básicas de funcionamento (água, luz, electricidade, telefone, renda de casa e salários do pessoal que exerce tarefas de administração e secretariado) e para o pagamento da força de segurança comunitária existente em alguns mercados, e eventualmente algumas obras nos mercados (construção de sanitários públicos e melhoria das condições de trabalho com a protecção das bancas contra o sol e a chuva), estes fundos são insuficientes para cobrir outras despesas.

Refira-se ainda, que há meses onde as colectas da taxa aos vendedores dos mercados (não coerciva), não permite cobrir as despesas realizadas. Assim, é frequente recorrer-se a contribuições dos próprios agentes informais para despesas específicas (organização de seminários da Associação, e muitas vezes para reforçar a verba destinada a obras de construção para a melhoria das condições de trabalho nos mercados, como água, electrificação e as já referidas para sanitários e bancas).

Não fazem parte das despesas de funcionamento os salários dos membros da Direcção Executiva ou dos Núcleos de Base, que dão a sua contribuição à Associação, em regime de voluntariado.

Apesar de promessas feitas por algumas Organizações Não-Governamentais, a ASSOTSI não recebe qualquer doação para o exercício das suas actividades. As parcerias entre a Associação e os Sindicatos muito dificilmente cobrem a área financeira, uma vez que os sindicatos também enfrentam dificuldades neste campo e estão na maior parte dos casos dependentes das doações das suas organizações congéneres, para a realização de determinados programas.

O pagamento de quotas que deveria ser uma das fontes de receitas da associação, não se reveste de clareza, quanto ao montante a cobrar, pelo que foi suspenso, até nova decisão da Assembleia Geral, a reunir-se brevemente. Assim, a colecta de fundos por esta via, acabou por afectar a situação financeira da Associação.

ii) Os estatutos da associação, prevêm um sistema de prestação de contas, quer no que respeita à gestão financeira, quer administrativa, a ser realizada pelos Núcleos de Base, e pela Direcção Executiva, com o parecer do Conselho Fiscal.

A questão da gestão administrativa e financeira acabou por fazer parte de alguns dos pontos apresentados pelos Núcleos de Base e por alguns associados, como o "calcanhar de Aquiles" desta organização.

Durante o período de realização do nosso trabalho, foi-nos possível constatar que havia um conflito em desenvolvimento, entre a Direcção Executiva, os Núcleos de Base e alguns associados, sobre a centralização do sistema financeiro na sede da ASSOTSI, a começar pelas taxas cobradas nos mercados e outras eventuais contribuições. Nesta questão, colocavam-se duas linhas, uma a favor do sistema de contabilidade e gestão centralizada de fundos, e outra contra o sistema. Do nosso ponto de vista, tratava-se de um problema que transcendia a gestão administrativo-financeira, e que se colocava mais no âmbito de questões de poder. Na verdade, este aspecto acabou por indirectamente dificultar algumas das nossas entrevistas com simples associados, que nem sempre se sentiam à vontade para responder às nossas perguntas, pairando por vezes um ambiente de desconfiança no ar.

A situação administrativo-financeira foi-nos por várias vezes colocada quer por alguns membros dos Núcleos de Base, quer pelos associados, havendo queixas de falta de transparência na prestação de contas, a serem realizadas pela Direcção Executiva e pelos próprios Núcleos de Base (que levou à divisão entre os seus membros sobre a necessidade ou não de um sistema centralizado de gestão), e invisibilidade do Conselho Fiscal. A divergência de opiniões entre alguns filiados e Núcleos de Base e a direcção da Associação, levou mesmo a acusações públicas levadas a alguns órgãos de informação, reflectindo, assim a falta de transparência que acabámos de referir.

Como consequência da já referida falta de clareza no sistema de prestação de contas, alguns associados reclamam a existência de fundos na sede da Associação, que poderiam ser eventualmente investidos num sistema de empréstimos e micro-crédito, aos membros da ASSOTSI, sem contudo tomarem em consideração a necessidade de um balanço prévio entre despesas planificadas, receitas e necessidades.